

7. CONCURSO PÚBLICO: CPE16.17.DMOSM – RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – “REGENERAÇÃO DA POUSADA DE JUVENTUDE DE BRAGA E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO A CENTROS DE JUVENTUDE DE BRAGA” :

Da **DMOSM** submetendo para ratificação do Executivo Municipal a decisão tomada pelo Sr. Presidente em 16/03/2018, relativa à aprovação das propostas constantes do relatório final, designadamente a proposta de adjudicação da empreitada à empresa M. KAIROS – ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, S.A., bem como a aprovação da minuta/Contrato N.º. CPE16.17DMOSM, documentos que se anexam.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,


(Eng.ª Alzira Torres)

2018/03/16

Despacho:


O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

18/03/16

Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

I.- Introdução e identificação:

Identificação do procedimento: Concurso Público para a "REGENERAÇÃO DA POUSADA DA JUVENTUDE E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO A CENTROS DE JUVENTUDE DE BRAGA"

Identificação do órgão competente para a decisão de contratar: Câmara Municipal de Braga

Preço Base do Procedimento: € 1.400.000,00

Prazo Base do Procedimento: 300 dias

Identificação do Júri:

Membros efetivos:

Manuel Dantas (Presidente)

Luís Almeida

Valéria Borges

Membros suplentes:

Alzira Torres (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Paula Pereira

Gaspar Silva

Luciano Dias

Reunião realizada em: 14/03/2018

Reunião efetuada em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 10121/2017, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 235, de 07 de dezembro de 2017, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes

II.- Audiência Prévia e Ordenação das Propostas:

O júri apreciou a pronúncia apresentada em sede de audiência prévia ao projeto de decisão, corporizado no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas, apresentada pelo concorrente **Signinum, Gestão de Património Cultural, Lda**.

O concorrente **Signinum, Gestão de Património Cultural, Lda**, critica a pontuação atribuída à sua proposta em resultado da avaliação levada a cabo pelo júri do procedimento, e censura o projeto de decisão de adjudicação, advogando que a pontuação atribuída ao concorrente **M. Kairos – Engenharia & Construção, S.A** deve ser revista.

O concorrente **Signinum, Gestão de Património Cultural, Lda**, entende que, relativamente ao "subfator metodologia", a sua proposta cumpre o definido no pressuposto (3): "*Descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos*".

Da análise e avaliação das propostas levadas a efeito, o júri concluiu que o pressuposto não foi cumprido, pois não foi feita a descrição do caminho crítico de forma clara, lógica e congruente. O concorrente apresentou apenas, tal como indicado na sua proposta, uma *esquematização sumária de alguns grupos de tarefas que poderão ser considerados críticos*.

Caminho Crítico

Relativamente às tarefas críticas da empreitada estas encontram-se suficientemente detalhadas no plano de trabalhos, contudo importa referir que os principais grupos de tarefas que poderão ser consideradas críticas, numa visão mais ampla da empreitada, estão explanados na Figura 1.

Rua 3 de Maio, nº 65 - Paredes - 4848-034 RUA CALDO - Estrada da Rua de São João, lote 3 B Superb. Avenida - 4705-023 Braga
Telefone: 91 3211 500 Fax: 913 251 128 - geral@signinum.pt - signinum@signinum.pt -
Mat. na Cont. do Reg. Comercial de Terras de Bouça, sob o nº 127 - Capital Social: 25 000,00 € - N.º 505 502 168



Figura 1 - Esquematização sumária das tarefas críticas da empreitada

Relativamente ao subfator "programa de trabalhos", o concorrente **Signinum, Gestão de Património Cultural, Lda** entende ter cumprido o pressuposto (4): "O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia".

É verdade que o concorrente apresentou o caminho crítico no plano de trabalhos, cumprindo deste modo a parte inicial deste pressuposto. No entanto, uma vez que na memória descritiva não foi efetuada a descrição do mesmo, o júri concluiu que a parte final deste pressuposto não foi cumprida.

Aliás, se a entidade adjudicante pretendesse que apenas fosse apresentado o caminho crítico, sem que o mesmo tivesse de ser comparado com a sua identificação/descrição efetuada na metodologia, o pressuposto definido teria sido: "O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico".

Com efeito, a entidade adjudicante ao usar, na definição do referido pressuposto, o termo "tal como", definiu, a priori, que pretendia comparar o caminho crítico apresentado no plano de trabalhos, com a descrição/identificação do mesmo efetuada na metodologia.

Conhecendo antecipadamente a base metodológica de avaliação, cada concorrente poderá optar, na elaboração das suas propostas, pelo tipo e modo de prestação, concretizando as condições segundo as quais se pretende vincular perante a entidade adjudicante.

Assim sendo, o júri considerou que a proposta apresentada pelo concorrente **Signinum, Gestão de Património Cultural, Lda**, não cumpre o pressuposto (4) de forma integral.

Deste modo, o júri mantém inalteradas as conclusões e respetiva fundamentação da avaliação da proposta consignada no relatório preliminar.

Relativamente ao concorrente **M. Kairos – Engenharia & Construção, S.A.**, o júri deliberou, por unanimidade, manter a classificação atribuída nos subfatores metodologia e programa de trabalhos, reiterando as conclusões e respetiva fundamentação da avaliação consignada no relatório preliminar.

Após a reavaliação das propostas, o júri, no uso da discricionariedade técnica que lhe advém das capacidades técnicas e experiência dos avaliadores conjugada com objetivo e interesse subjacentes à execução da empreitada, mantém inalteradas as conclusões e respetiva fundamentação da avaliação das propostas consignada no relatório preliminar.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão de vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

III.- Recomendação ao órgão decisor:

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

- I. A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:**

Posição (em função do critério de adjudicação)	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço, P	Posição final (em função do critério de desempate)
1º	M. Kairos – Engenharia & Construção, S.A	0,35	0,0437	1º
1º	Signinum, Gestão de Património Cultural, Lda	0,35	0,1060	2º
3º	Artur da Silva Ribeiro, Lda	0,29	0,0340	3º

II. A adjudicação da empreitada.

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente **M. Kairos – Engenharia & Construção, S.A**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **1.338.799,99€**, a que acresce o IVA à taxa em vigor.

II.1 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual.

O modo de prestação da caução é o referido no artigo 12º do Programa do Concurso.

II.2 – Documentos de Habilitação

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no artigo 9.º do Programa do Concurso.

II.3 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Sendo exigida a caução, a minuta do contrato só pode ser aprovada depois de comprovada a sua prestação.

III – Notificação da Adjudicação


Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do "Relatório Final".

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar caução.

Nada mais tendo ocorrido nesta reunião e nada mais havendo a diligenciar, foi dada por finda e encerrada.


O Júri do Procedimento



.....
(Eng.º Manuel Dantas)



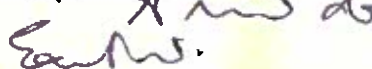
.....
(Valéria Borges)



.....
(Eng.º Luís Almeida)

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:**Remeta-se ao Sr. Presidente.****A Diretora da DMOSM,**
(Alzira Torres)

2018/03/23

Despacho:**O Presidente,**
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

18.03.23

Concurso Público: CPE16.17.DMOSM**Empreitada: "REGENERAÇÃO DA POUSADA DE JUVENTUDE DE BRAGA E
ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO A CENTROS DE JUVENTUDE DE BRAGA"****Assunto: APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

Na sequência da apresentação da caução, no dia 22 do corrente mês, pela entidade adjudicatária **M. KAIROS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, prevista no artigo 12.º do programa do concurso da presente empreitada, propõe-se a aprovação da minuta do contrato, em anexo, pelo órgão competente, a Câmara Municipal.

23 de março de 2018.

A Coord. Técnica,

(Manuela Araújo)

Anexo: Minuta do contrato.

MINUTA / CONTRATO N.º CPE16.17.DMOSM**EMPREITADA**

____ No dia.....de março de 2018, no edifício dos Paços do Município de Braga, celebra-se o presente contrato em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal de Braga, de....., que aprovou a respetiva minuta. _____

____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, como 1.º outorgante, _____

____ **Segundo: M. KAIROS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, com sede no Parque Industrial JFS, Rua do Portelo, Pavilhão 4, da União de Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães, concelho de Braga, 4700-187 Parada de Tibães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o n.º 506 530 817/NIPC, com o capital social de 50.000,00 €, representada por....., como 2.º outorgante, na qualidade de....., com poderes para o contrato, conforme..... _____

____ O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes: _____

1.º

____ Este contrato tem por objeto a execução dos trabalhos referentes à empreitada de **"REGENERAÇÃO DA POUSADA DE JUVENTUDE DE BRAGA E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO A CENTROS DE JUVENTUDE DE BRAGA"**, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato, cuja adjudicação foi feita por decisão do presidente da Câmara, de 16 de março de 2018, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de....., na sequência do **Concurso Público: CPE16.17.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes. _____

2.º

____ Esta empreitada foi adjudicada pelo preço contratual de **€ 1.338.799,99** (um milhão, trezentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, conforme a proposta apresentada. _____

3.º

A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais caderno de encargos.

4.º

1. O prazo de execução da obra é de **250 (duzentos e cinquenta) dias**, de acordo com a proposta apresentada e caderno de encargos.

2. Em caso de atraso no início ou na conclusão da obra por facto imputável ao empreiteiro, este ficará sujeito às sanções previstas na cláusula 11.º do caderno de encargos.

5.º

1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de **€ 66.940,00 (sessenta e seis mil novecentos e quarenta euros)** correspondente a 5% do preço contratual, mediante apólice de seguro caução n.º 100018908/200, emitida em 21 de março de 2018, pela COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, SA, arquivada no respetivo processo.

2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos.

6.º

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, é a seguinte: 07/07010406, conforme cabimento n.º 24705, de 10/01/2018, e compromisso n.º 29308, de 19/03/2018.

7.º

O preço da obra adjudicada fica sujeito a revisão de preços, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, e do CCP, e de acordo com o constante na cláusula 37.º do caderno de encargos.

8.º

Em tudo o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros.

9.º



R.

_____ O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as alterações vigentes, _____

_____ 10.º _____

_____ Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro, _____

_____ 11.º _____

_____ Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes, _____

O Primeiro Outorgante,

(.....)

O Segundo Outorgante,

(.....)